



CNM-CUT Internacional

Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT Ano V nº 11 30.03.2005

Emprego metalúrgico : a maior alta em 17 anos

Emprego metalúrgico sobe junto com produção e tem maior alta em 17 anos

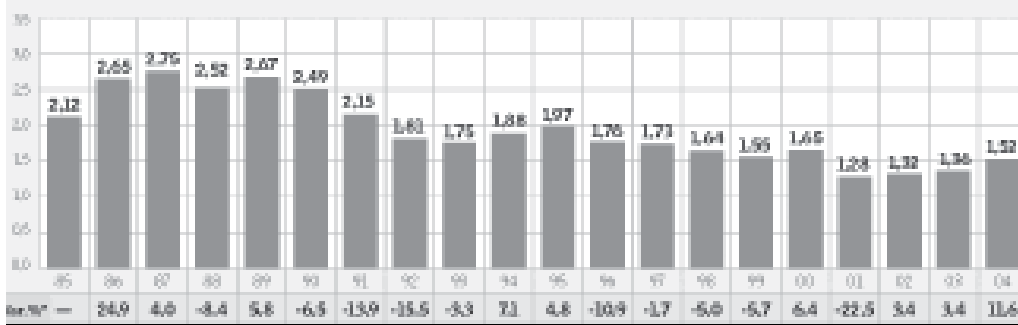
O emprego na indústria metalúrgica cresceu 11,6% no ano passado, o equivalente a um saldo líquido entre admitidos e demitidos de mais de 157 mil trabalhadores. É o melhor resultado em 17 anos e a primeira vez também desde 1987 em que os principais ramos da metalurgia cresceram simultaneamente, tanto em produção quanto no nível de ocupação.

Na indústria automotiva, o emprego ficou 12,3% maior em 2004 sobre o ano anterior. Nas autopeças, o percentual foi de 9,4%; nas empresas de bens de capital, o incremento ficou em 13,2%. Para o setor de eletroeletrônicos, a ocupação cresceu 7,4%, enquanto que na siderurgia avançou 5,1%.

Nos dois últimos anos, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do governo federal, entre janeiro de 2003 e janeiro de 2005, o setor metalúrgico criou 217,4 mil postos, uma alta de 16,5%, ante um crescimento de 12,3% no conjunto da indústria no

Emprego na indústria metalúrgica

Evolução do estoque de trabalhadores (em milhões)



mesmo período. Esse avanço ajudou a compensar parte do 1,5 milhão de vagas fechadas entre 1987 a 2002. Na comparação entre dezembro de 2004 e o mesmo mês em 2002, a elevação é de 15,3%, com mais 202 mil empregos.

Na avaliação de

José Lopez Feijóo, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, "se o país continuar a crescer nos níveis de 2004, em oito anos iremos recuperar o 1,2 milhão de empregos que faltam para atingir os níveis de 1987, quando o setor metalúrgico empregava mais de 2,7 milhões de pessoas". Para ele, a indústria atingiu um novo patamar de produção que requer mais investimentos em infraestrutura, expansão do parque industrial e, conseqüentemente, mais emprego.

O desempenho do setor foi acima da média da economia brasileira. A produção industrial em 2004 avançou 8,3%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), enquanto a metalurgia cresceu cerca de 16%. Isso teve reflexo direto no mercado de trabalho, que viu o emprego para metalúrgicos crescer acima do geral da indústria (9,4%).

Valter Sanches, secretário de organização da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM), filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), atribuiu o bom resultado do ano passado ao desempenho recorde das exportações e à expansão do crédito no país. E ressaltou que os números poderiam ser ainda melhores, "se não fossem as demissões realizadas no final de 2004 em empresas do setor de eletroeletrônicos".

No ano passado, 94,5% dos metalúrgicos filiados à CNM-CUT tiveram aumento acima da inflação acumulada em 12 meses pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desse percentual, metade obteve aumento real entre 3,51% e 4,5%, enquanto 32,9% ganharam entre 1,5% e 2,5% acima da inflação. Por outro lado, 4,3% dos trabalhadores não conseguiram repor as perdas salariais e 1,4% obteve reajustes iguais ao INPC. (Raquel Salgado, de São Paulo) (*Valor Econômico*, 29.03.2005)

Mahle Metal Leve debate organização nacional

Encontro dos trabalhadores das várias plantas da Mahle no Brasil na última sexta-feira deu o primeiro passo para a articulação de uma organização nacional. Reuniram companheiros nas fábricas de São Bernardo, Limeira, Mogi Guaçu e Indaiatuba. São seis fábricas da multinacional alemã no País e que empregam 8 mil metalúrgicos.

O encontro é parte de um projeto de criação de redes nacionais e mundiais de solidariedade entre trabalhadores que a Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT mantém com centrais e sindicatos do mundo todo. Além da Mahle, o projeto prevê também a criação de redes entre os companheiros na ZF/Sachs, Siemens e Schaeffler (Ina, Luk e Fag).

Mathias Fritz, dirigente do IG Metall na empresa (sindicato nacional dos metalúrgicos alemães), que acompanhou o encontro, afirma que a união é necessária para aumentar a resistência dos trabalhadores contra as ofensivas das empresas. "Elas não têm limite à chantagem. Todos nós vivemos as pressões e sob a ameaça delas procurarem condições mais favoráveis em outros locais", disse Fritz.

Segundo ele, os trabalhadores europeus enfrentam essas pressões constantemente. Na Mahle, conta ele, mais de mil postos de trabalho foram fechados na Alemanha nos últimos dois anos, e a empresa não avança nas negociações sobre garantia de emprego.

Os companheiros nas unidades brasileiras irão levantar seus principais problemas, entre eles a prática anti-sindical e perseguição de dirigentes e cipeiros nas fábricas de Limeira e Indaiatuba e, em junho, voltam a se encontrar, desta vez com uma delegação de metalúrgicos alemães. *(Tribuna Metalúrgica, 23.03.2005)*

Protesto na Skoda (VW) na Republica Tcheca

Os trabalhadores em três fabricas da Skoda na Republica Tcheca protestam contra o "dumping" social que estão sofrendo e pedem apoio para sua luta.

Os sindicalistas vão protestar no próximo dia 30 de março entre as 13:30 e 14:30 horas contra a política de "dumping" social a que estão submetidos na empresa automotiva Skoda, do grupo Volkswagen. O "dumping" social é a utilização de piores condições de salário e trabalho para vencer a concorrência. No caso, o protesto acontece diante da recusa da empresa de aumentar os salários dos trabalhadores apesar dos bons resultados da empresa.

De acordo com a Federação dos Metalúrgicos da Republica Tcheca (OS KOVO), filiada á FITIM, a produtividade na Skoda é semelhante à produtividade na União Européia. Os seus lucros em 2004 foram mais que o dobro de 2003 e, por essas razões, a recusa em conceder aumento nos salários para 2005 constitui-se em "dumping" social .

O protesto e a greve de advertência, se darão depois de mais de 50 reuniões e pequenas interrupções no trabalho que vem acontecendo nos últimos dois meses.

A Skoda Auto emprega 20,000 trabalhadores em três fabricas em Boleslav, Vrchlabi e Kvasiny.

OS KOVA está pedindo que sejam enviadas cartas de apoio e solidariedade ao protesto para :

Odborová organizace OS KOVO při ŠKODA AUTO, a.s.

E-mail: Jaroslav.Povsik@skoda-auto.cz

Com cópia para : Studnicna.Lucie@cmkos .

A FITIM enviou carta de protesto que encontra-se na sua página na Internet. (AG) *(FITIM, 29.03.2005)*

Apoio para a Repam

A Repam, a central sindical independente de Belarus, recebeu o apoio das afiliadas da FITIM na Europa Central e Oriental na recente reunião regional da entidade que também discutiu os temas do próximo congresso.

A Repam está submetida ao regime de violação dos direitos humanos e sindicais do Presidente Aliaksandr Lukashenko. O registro dos estatutos da Repam foram arbitrariamente cancelados, as organizações locais afiliadas à entidade não conseguem registrar-se e ativistas sindicais e associados sofrem repressão, perseguições e a perda de seus empregos. Aliaksandr Bukhvostau e Gennady Fedynich , líderes da central independente, são perseguidos.

As recomendações da Organização Internacional do Trabalho para colocar um fim nas violações dos direitos são ignoradas pelo regime de Lukashenko. A Federação dos Sindicatos de Belarus (FPB) , a central sindical controlada pelo estado, também viola os direitos sindicais.

No encontro regional de 18 de março ultimo, as afiliadas da FITIM na Europa Central e Oriental expressaram sua solidariedade e pleno apoio à luta da central independente Repam, condenaram as ações da FPB e exigiram que o governo de Belarus pare com a violação dos direitos sindicais.

O encontro regional examinou também outros informes de outros países da região e discutiu temas para o próximo congresso da entidade, incluindo a propostas de mudança dos estatutos e o Programa de Ação .(AG) (FITIM, 29.03.2005)

Portugal sofre concorrência da Europa Oriental

Segundo especialistas, o setor automotivo português tem um futuro incerto diante da concorrência dos novos países membros da União Européia onde são mais baixos os salários e mais flexíveis as horas de trabalho.

O setor automotivo no português consiste de cinco montadoras e de cerca de 160 fabricas de autopeças, representando cerca de 7% do Produto Interno Bruto, segundo o ministério da Economia. O setor emprega 45 mil trabalhadores, com cerca de 80% na indústria de componentes.

A maior fabrica é a Auto Europa da Volkswagen em Palmela, a 50 quilômetros de Lisboa e que tem a capacidade de 180 mil unidade e emprega 3 mil trabalhadores. A capacidade total nunca foi alcançada e a produção vem caindo.

A Ford, a segunda montadora confirmou seus planos de parar com a produção dos veículos Galaxy até o final do ano. E a General Motors ameaça parar a produção em sua fabrica da Opel até 2008 se os trabalhadores não concordarem com uma maior flexibilidade na produção e aumentos menores de salários.

O presidente da GM portuguesa, Paulino Varela, disse com cinismo ao jornal Expresso na semana passada: " No setor automotivo internacional, se não produzirmos aqui, existe um país na Europa Oriental que produzirá. Como é fácil mudar, em pouco tempo você fará a transferência da produção", completou.

Os trabalhadores da GM não aceitam essa situação e no começo deste mês fizeram greve de 24 horas na fabrica de Azambuja, ao norte de Lisboa, deixando de produzir 320 modelos Opel Combo.(ver [CNM Internacional nº 10/2005](#)) O atual contrato de trabalho de dois anos termina em setembro próximo. Com 24 novas plantas montadoras na Europa Oriental e na Turquia a luta não será fácil. E desde 1º de maio do ano passado, quando entraram os novos membros na UE, Portugal não tem mais os menores salários do bloco europeu . (Com material da AFP).

Operações suspeitas do BNDES

Procurador move ação de improbidade administrativa contra ex-diretores do banco, que liberaram, no governo Fernando Henrique, financiamentos para a AES comprar a Eletropaulo em leilão

A farra das privatizações do setor elétrico com recursos públicos durante o governo Fernando Henrique Cardoso está longe de se encerrar, no campo judicial, com a ação de improbidade administrativa proposta pelo procurador da República de São Paulo, José Roberto Pimenta Oliveira, contra quatro ex-presidentes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e 14 ex-diretores do banco entre 1998 e 2001. Todos eles participaram das operações de financiamento ao grupo multinacional AES para a privatização da Eletropaulo, consideradas lesivas ao erário. Atualmente, o Ministério Público Federal investiga as "relações perigosas" entre aqueles que na ocasião ocupavam postos de comando no BNDES – e autorizaram os empréstimos – com a multinacional norte-americana. Sabe-se, por exemplo, que José Pio Borges, quando deixou a presidência do BNDES, em 1999, prestou consultoria à AES. Depois de adquirir a Eletropaulo com recursos públicos, e de enviar dividendos à matriz internacional, o grupo AES, inadimplente com o BNDES, precisava resolver o problema de sua dívida com o banco.

A AES arrematou a principal distribuidora de energia do País, pelo preço mínimo de US\$ 1,78 bilhão, sem investir um centavo: no BNDES, tomou US\$ 888 milhões – na ocasião, o equivalente a R\$ 1,013 bilhão, – e o restante veio de um financiamento obtido pela LIREnergy Limited, uma subsidiária do grupo nas Ilhas Cayman, com um sindicato de bancos. A Eletropaulo foi arrematada em 15 de abril de 1998 pela Lightgás Ltda., uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) formada pela AES Corporation, Eletricité de France (EDF), Reliant Energy e Companhia Siderúrgica Nacional.

Depois do leilão, foram compradas as participações da Reliant e da CSN. Em seguida, em decorrência de permuta de ações, a EDF deixou a Lightgás, que ficou sob controle do grupo norte-americano denominado AES Elpa S.A. Em janeiro de 2000, o BNDES concedeu novos financiamentos para uma subsidiária do grupo, a AES Transgas, para a compra de ações preferenciais da Eletropaulo em janeiro e maio, no valor de US\$ 1,154 bilhão.

O grupo AES logo mostrou a que veio: tornou-se inadimplente com o BNDES, que, como garantia, tinha apenas as ações da Eletropaulo que financiara. Em janeiro de 2003, a AES Elpa enfim tornou pública a sua inadimplência. Em junho daquele ano, os saldos devedores do grupo, somavam 43,7% da inadimplência total do sistema BNDES.

LANDAU Também estão na mira do Ministério Público Federal as relações de Elena Landau, ex-diretora de Desestatização do BNDES, com a AES. Ela prestou consultoria ao grupo depois de deixar o cargo. Mais tarde, fez estágio de direito no escritório de Sérgio Bermudes, no qual também atuou como consultora. Para resolver suas pendências com o BNDES, a escolha do grupo AES recaiu sobre os escritórios de Sérgio Bermudes e de Barbosa Müsnich & Aragão.

Casada com Pérsio Arida, ex-sócio do Opportunity e ex-presidente do BNDES, Elena Landau foi uma das representantes do grupo Southern Eletric Participações do Brasil – consórcio formado pela Southern, AES e grupo Opportunity, que adquiriu também às custas de financiamento do BNDES, 33% das ações da Companhia Energética do Estado de Minas Gerais (Cemig) em 1997. Entre 17/07/1997 e 30/04/2000, Landau foi representante do consórcio no conselho de administração da Cemig. *(O Estado de Minas, 29.03.2005)*

Honda é a 5ª maior montadora do Brasil

Os resultados das vendas no primeiro bimestre do ano, que colocam a japonesa Honda como quinta maior montadora do Brasil em vendas, à frente da francesa Renault e da também japonesa Toyota, levaram a empresa a antecipar planos de expansão da fábrica em Sumaré (SP). Com lista de espera de aproximadamente mil unidades do Civic e do Fit, a montadora prepara a fábrica para produzir 300 veículos ao dia, programa antes previsto para o segundo semestre. Com a contratação de 220 funcionários e criação de um terceiro turno de trabalho no início do ano, a Honda já consegue produzir 270 unidades diariamente.

"Vamos precisar ampliar a fábrica e contratar mais gente para chegar ao volume de 300 unidades", diz o diretor-executivo da Honda Automóveis do Brasil, Kazuo Nozawa. A unidade de Sumaré emprega hoje 1.450 funcionários.

A montadora deve produzir este ano perto de 70 mil veículos, quatro vezes mais que o volume fabricado em 1998, o primeiro ano completo de operação da fábrica brasileira. Desse volume, pouco mais de 60 mil devem ser destinados ao mercado interno e o restante será exportado para a América do Sul. A meta é chegar a 100 mil unidades.

Neste mês, a Honda comemorou a marca de 200 mil veículos produzidos no Brasil. Embora seja um volume pequeno perto, por exemplo, do que vende anualmente o modelo Gol, da Volkswagen, líder do mercado brasileiro, é um número expressivo para uma empresa que nos seus primeiros seis anos atuou apenas no segmento de luxo, com o Civic.

A Honda, que há vários anos operava no Brasil com motocicletas, inaugurou a fábrica de automóveis no fim de 1997, ano em que o mercado brasileiro produziu 2 milhões de veículos e a projeção apontava para 3 milhões no curto prazo. As mudanças cambiais e crises internas e externas derrubaram as projeções e ainda hoje essa meta está longe de ser atingida.

Em janeiro e fevereiro, a Honda vendeu 8.281 veículos, 19% a mais que em igual período de 2004. Nos primeiros dez dias de março, a marca continua à frente da Renault, que tradicionalmente ocupava a quinta colocação no ranking de vendas. No ano passado, a marca vendeu 50.694 veículos, 57% a mais que no ano anterior. Para 2005, Nozawa prevê crescimento de 20%, enquanto o mercado total deve ter crescimento abaixo de 10%.

A Honda estuda um terceiro modelo a ser fabricado no País. Ao contrário das expectativas do mercado, não será um carro para concorrer na faixa dos chamados populares, uma especialidade das empresas japonesas. O novo produto ficará em uma faixa próxima ao Fit, que custa R\$ 41,4 mil na versão mais barata. A escolha do novo carro está sendo feita em conjunto com a matriz japonesa, que está satisfeita com o desempenho da unidade brasileira. "Este será o nosso primeiro ano de resultados positivos", diz Nozawa.

Desde o início das operações, a Honda investiu cerca de US\$ 300 milhões na unidade. A empresa desenvolve, junto com a matriz no Japão, seu primeiro modelo bicom bustível (aceita álcool ou gasolina), mas só deverá estar pronto no próximo ano. "Teremos uma tecnologia diferente das que são usadas atualmente", antecipa o executivo. *(Tribuna da Imprensa, 28.03.2005)*

A reforma trabalhista e sindical do mercado

Analistas neoliberais costumam classificar a CLT como antiga e inadequada, pois é da primeira metade do século 20. O argumento é enganador. Quem garante que tudo o que é velho também é atrasado e inadequado à atualidade?

Marcio Pochmann

A visão neoliberal costuma integrar no rol de defesa das reformas das leis do trabalho no Brasil o fato de a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ser antiga e inadequada, uma vez que foi constituída ainda na primeira metade do século 20. Esse tipo de argumento, além de enganador, é de uma infelicidade total.

Em primeiro lugar, porque o fato de ser antigo, não significa necessariamente que seja atrasado e inadequado à atualidade. Do contrário, por exemplo, a Lei Áurea poderia ser considerada antiga e inadequada ao país do trabalho livre dos dias de hoje.

Mas, mesmo sendo do final do século 19 ela encontra-se atual, pois ainda hoje proliferam velhas e novas formas de trabalho compulsório. Atualmente crescem os registros de exemplos diversos de trabalhos próximos da escravidão do século 19, seja no interior longínquo do país, com trabalho infantil e escravo nas fazendas, seja nos centros metropolitanos com trabalho de imigrantes ilegais em fabricas de fundo de quintal.

Frente a isso, aumenta a importância do papel da fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego. Em pleno século 21, tem maior atualidade a legislação que visa confiscar a propriedade de quem ainda faz uso do trabalho escravo.

Em contrapartida, há muita legislação nova que representa o atraso, uma verdadeira inadequação ao Brasil do século 21 que se quer construir. Basta lembrar, por exemplo, as novidades da legislação tributária que terminam por onerar fundamentalmente os mais pobres, assim como as várias leis introduzidas nos anos 90 que se voltaram a liberar as mais altas remunerações do pagamento dos encargos sociais.

Em segundo lugar, porque a CLT - de 1943 até os dias de hoje - sofreu pelo menos duas grandes ondas de mudanças responsáveis por profunda alteração do padrão original de contratação e de representação de interesses. A primeira onda logo se deu no começo do regime militar, com a aprovação - por decurso de prazo - do decreto-lei que criou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), responsável por enorme transformação no contrato de trabalho assalariado.

A partir de 1967, passou a vigorar o ineditismo da demissão contratual sem causa explícita, tornando o país campeão das práticas de rotatividade da mão-de-obra. Nos dias de hoje, por exemplo, cerca de 10 milhões de trabalhadores (1/3 dos ocupados com carteira assinada) são demitidos a cada ano em todo Brasil, representando o atraso de uma avassaladora instabilidade contratual.

Por conta disso, não há credibilidade possível na relação do empregado com o empregador e nem mesmo entre as instâncias dos trabalhadores e dos patrões. A baixa cultura negocial e a quantidade anual de processos trabalhistas resultam disso.

Ao mesmo tempo, impera a baixa motivação da empresa e o pouco interesse do trabalhador para com a educação. O constante rompimento dos contratos de trabalho inibe o investimento na qualificação profissional, bem como leva à depressão ainda maior do salário.

A segunda onda de modificações na CLT teve curso na década de 1990, com a vigência de governos neoliberais responsáveis pela inclusão de um conjunto de novas leis que alteraram ainda mais as relações de trabalho no Brasil. Antes disso, havia no país basicamente uma norma comum de emprego de mão-de-obra: o contrato individual de trabalho.

Após mais de uma década da adoção de medidas desregulamentadoras do mercado de trabalho, passou a prevalecer mais de uma dezena de novas formas de contratação (trabalho cooperativo, free lancer, autônomo para a grande empresa, consultor, empresa com personalidade jurídica e sem empregado, profissional liberal, estagiário, contrato de trabalho internacional, trabalho terceirizado, trabalho com jornada parcial, trabalho temporário, entre outros). Quase 6 milhões de empregados assalariados formais tiveram seus destinos diferentes a partir das inovações neoliberais dos anos 90, uma vez que 2,8 milhões de empresas tornaram-se individuais e com personalidade jurídica, enquanto houve o acréscimo de 1,3 milhões de autônomos para a grande empresa e de 2,4 milhões de trabalhos definidos como cooperativados.

Em grande medida, trata-se de um conjunto de ocupações que termina por falsear a forma padrão de trabalho assalariado regular e regulamentado, possibilitando o avanço da competição não isonômica no interior das empresas e o esvaziamento das contribuições fiscais e da proteção social e trabalhista. Nesse ambiente mais flexibilizado do mercado de trabalho, em que se combina a força destrutiva do desemprego, vem caindo a parcela salarial, bem como foram sendo enfraquecidas as formas de representação de interesses laborais e patronais.

A crescente fragmentação dos interesses dos empresários e dos trabalhadores, acompanhada da dispersão das negociações coletivas, trouxe consigo a queda na taxa de sindicalização e a proliferação de entidades sindicais. Nesse sentido, também a estrutura sindical atualmente existente pouco tem a ver com aquela originária da CLT de 1943.

Resta saber, contudo, qual a perspectiva que se apresenta para a realização de reformas sindicais e trabalhistas no Brasil atual. Seriam as reformas que consolidariam o que está aí, após anos de neoliberalismo que flexibilizou ainda mais as relações de trabalho e desregulamentou a contratação?

Ou seriam as reformas capazes de incluir equitativamente a totalidade das novas formas de contratação atualmente existentes, possibilitando antecipar a proteção à heterogeneidade crescente do mercado de trabalho por meio de códigos protetores e regulamentadores do trabalho diverso? A resposta para disso possivelmente poderá ser encontrada ainda em 2005, com o teor dos debates e das votações no Congresso Nacional em torno do projeto de lei de reforma sindical recentemente apresentado pelo governo Lula.

Marcio Pochmann é professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp. (*Carta Maior*, 22.03.2005)

BC é incompetente e insensível, diz a Fiesp

Entidade divulga estudo que contesta a eficácia da política de juros elevados

Depois de ter evitado se manifestar sobre a sétima alta consecutiva da Selic, na semana passada, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) voltou ontem a criticar o Banco Central (BC). A entidade apresentou um estudo intitulado "Balanço de sete meses da alta da taxa Selic", no qual rebate os argumentos da autoridade monetária para elevar a taxa básica de juros.

O diretor do Departamento de Economia da entidade, Paulo Francini, chegou a classificar o BC de "incompetente e insensível", alegando que as altas consecutivas dos juros desde setembro do ano passado não alcançaram seus objetivos, de reduzir o crédito para controlar a demanda, de forma a atingir a meta da inflação. "A inflação não estava fora de controle e os juros se comportam como um antibiótico que não funciona mais", argumentou. Francini disse não saber qual alternativa à alta dos juros poderia ser tomada para se atingir a meta de 5,1% de inflação em 2005.

A Fiesp considera ambiciosa a meta de 5,1% e defende que os preços administrados, responsáveis por 41% da inflação no período janeiro de 2004 a fevereiro de 2005, não sofrem o impacto da política monetária. Além disso, a alta dos preços livres no ano passado (6,5%) foi muito inferior à dos preços monitorados (10,2%). "Não havia pressão dos preços livres. Faltou sensibilidade ao BC para perceber isso", disse.

Em relação ao crédito, foco principal da política do BC, segundo a Fiesp, o estudo mostra que as altas da Selic foram inócuas: "o crédito total ao setor privado praticamente manteve sua taxa de expansão, de 1,5% ao mês, de janeiro a setembro de 2004, passando para 1,48% ao mês, de setembro de 2004 a janeiro de 2005".

A Fiesp sustenta que o valor dos financiamentos à pessoa física chegou inclusive a crescer em velocidade maior do que vinha registrando até setembro de 2004. Passou de um ritmo de 2,49% para 2,57% na mesma base de comparação. Mesmo o financiamento a pessoas jurídicas continuou aumentando no período, embora em menor velocidade: de 1,28% ao mês para 1,09%. "Desacelerou, mas continua em forte expansão."

O estudo mostra que entre julho e setembro de 2004, os preços livres no IPCA já tinham convergido para a média de 0,47% ao mês (média desde janeiro de 1999). A melhora do emprego, outro argumento a favor da alta dos juros por seu eventual aumento na demanda, não significou ingresso de trabalhadores no mercado, mas só o incremento no número de empregados com carteira assinada. (Paula Puliti) (*O Estado de S.Paulo*, 25.03.2005)

A que Mercosul aspiramos?

A Coalizão Empresarial Brasil-Argentina, formada com o objetivo de fortalecer a competitividade da indústria brasileira e argentina no mercado internacional, é mais uma oportunidade para que nós, da indústria de máquinas e equipamentos do Brasil, reflitamos sobre os benefícios que o Mercosul vem trazendo - e que poderá trazer futuramente.

Lembramos que foi justamente esse setor que constituiu o "Acordo Brasileiro-Argentino de União Aduaneira de Bens de Capital", celebrado nos anos 80 e que, depois de ampliado, deu origem ao Mercosul, pressupondo o princípio da elevação de barreiras alfandegárias comuns contra bens de terceiros países.

O Mercosul foi concebido como uma união aduaneira ampla, com a natureza de um projeto político de longo alcance, de forma que o bloco pudesse postar-se como a expressão de potência comercial e, por que não, política da América do Sul. Superadas as primeiras desconfiças, o Mercosul contou com significativo apoio popular no Brasil e na Argentina e nos dois países que se juntaram a seguir, o Uruguai e o Paraguai. A um mercado interno de cerca de 170 milhões de habitantes juntavam-se, em união aduaneira, as populações da Argentina, Uruguai e Paraguai, que somam cerca de 48 milhões de pessoas.

Os quatro países do bloco, contudo, foram sacudidos por crises econômicas brutais nos anos 90 e, em decorrência, o projeto político, que num momento pensou-se passível de expansão, atolou-se em conflitos internos, em intermináveis discussões sobre as célebres "assimetrias" industriais e na edição de inumeráveis exceções à tarifa externa comum.

Tais perfurações, ou waivers, das barreiras alfandegárias conjuntas tornaram-se tão freqüentes que alguns articulistas e formadores de opinião já preconizam a involução do Mercosul de uma união aduaneira para uma zona de livre de comércio. Nesta, não existe o compromisso de barreiras aduaneiras do bloco em relação aos produtos extrazonais e nem de sintonizar as políticas industriais e agrícolas nacionais para um desenvolvimento zonal sustentado e harmônico.

No caso da indústria de máquinas do Brasil, apesar de as nossas exportações para os países do Mercosul estarem apresentando crescimento significativo, já se vive hoje praticamente numa situação equivalente a uma zona de livre comércio. Isso porque há muitos anos a Argentina pede, e o Conselho do Mercosul concede, uma licença específica para não taxar bens de capital de quaisquer países do mundo. Na Argentina, as máquinas brasileiras concorrem sem quaisquer vantagens contra máquinas de todas as procedências. No sentido inverso, as máquinas argentinas são favorecidas no Brasil pela tarifa externa comum de 14%.

É evidente que existem assimetrias grandes nas indústrias e nas agriculturas dos países-membros. Mas, se a cada uma dessas manifestações corresponder uma perfuração da proteção alfandegária comum, o Mercosul marchará, sim, para uma zona de livre comércio e terá de renunciar ao projeto político maior de uma união aduaneira. Seremos, por conseqüência, sempre países isolados, debatendo-nos dentro de um mundo economicamente multipolarizado, sem a força de um bloco estruturado que caminhe harmonicamente. Como imaginar uma reversão dessa tendência e retomar o sonho da formação de uma potência econômica regional com capacidade de expansão? Acreditamos que buscar implementar nos quatro países os bons exemplos de cada um pode ser um caminho.

O que inegavelmente sempre deu certo no Brasil e beneficiou enormemente o País foram particularmente duas instituições importantíssimas: o BNDES e o Senai. Os outros países do Mercosul teriam também instituições de sucesso que beneficiaram suas sociedades historicamente e que podem servir de exemplo. Um caminho para o Mercosul seria exatamente o de estender as instituições de sucesso a toda a zona de união aduaneira. Quem seria contra, por exemplo, que um BNDES-Mercosul, a ser formado, financiasse máquinas e equipamentos nos quatro países, nas modalidades Finame, desde que o conteúdo quadrinacional alcançasse o mínimo de 60%?

Além disso, será indispensável que o comércio dentro da região possa se realizar em moedas locais e mais ainda que os bancos centrais dos países estabeleçam convênios de crédito recíprocos permanentes e confiáveis. Sem eles, não haverá garantias a serem oferecidas para amparar e viabilizar os financiamentos entre empresas das quatro nações. Os quatro bancos centrais necessitariam, como primeiro passo, se unirem num projeto político-econômico que tornasse a integração financeira possível e funcional. Assim, teríamos a formação de um bloco efetivo no qual as propaladas assimetrias comerciais teriam importância reduzidíssima e as vantagens econômicas se destacariam de forma imponente. A que Mercosul nós, brasileiros, argentinos, uruguaios e paraguaios, aspiramos, afinal? (Newton de Mello - Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) e do Sindicato Nacional da Indústria de Máquinas (Sindimaq). (Gazeta Mercantil, 30.03.2005)

Venda de máquinas aumenta sem projeto

Idéias para combater deficiências da indústria de bens de capital ficaram em segundo plano

Assim como outros grandes fabricantes de máquinas, as Indústrias Romi tiveram um desempenho exuberante no ano passado. Num ano em que a economia do país cresceu 5%, suas vendas deram um salto de 38%. Ela contratou mais funcionários, lançou novas linhas de equipamentos e decidiu ampliar suas instalações para dar conta do volume crescente de encomendas.

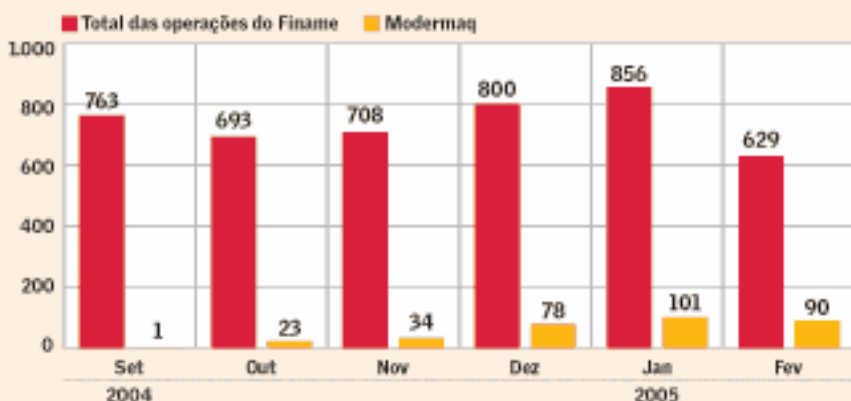
Óleo na engrenagem

As medidas da política industrial para bens de capital

Área	O que o governo prometeu	O que aconteceu
Modermaq	O BNDES lançou uma nova linha de financiamento, com R\$ 2,5 bilhões para emprestar e vantagens para ajudar as empresas menores a comprar máquinas	Divergências entre a equipe econômica e o BNDES atrasaram a implementação do Modermaq. O programa aprovou até fevereiro R\$ 328 milhões em empréstimos
Bens de capital sob encomenda	Também estava nos planos uma linha especial de R\$ 500 milhões para financiar fabricantes de bens de capital sob encomenda, equipamentos mais caros e sofisticados	As normas para a operação dessa linha foram distribuídas há duas semanas aos bancos que repassam recursos do BNDES. Nenhuma operação foi aprovada até agora.

O impacto da nova linha

Empréstimos com dinheiro do BNDES para compra de máquinas, em R\$ milhões



Fontes: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Associação Brasileira de Indústria de Máquinas e Equipamentos

As vendas de máquinas aumentaram porque as indústrias de vários segmentos voltaram a investir, animadas com o reaquecimento da economia após tantos anos de estagnação. Os primeiros sinais de que esse processo estava em curso apareceram no segundo semestre de 2003, quando a política industrial do governo era apenas um rascunho na prancheta dos burocratas.

O setor de bens de capital foi escolhido como um dos alvos prioritários da política, mas as medidas anunciadas pelo governo só começaram a ser postas em prática quando a indústria de máquinas já estava a pleno vapor. "Elas não fizeram muita diferença até agora", diz André Luiz Romi, assessor da diretoria de relações com investidores da Romi.

A principal iniciativa do governo nessa área foi diminuir o peso dos impostos que incidem na

aquisição de máquinas e equipamentos. Anunciadas aos poucos no ano passado, medidas como a redução das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e outras facilidades podem ter representado reduções de até 15% nos preços dos bens de capital, de acordo com o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

O governo também lançou uma nova linha de financiamento para máquinas com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Modermaq. O programa prometia liberar R\$ 2,5 bilhões em empréstimos e foi desenhado para beneficiar especialmente pequenas empresas que não tinham acesso às linhas tradicionais do Finame, o principal programa do banco para financiar a compra de bens de capital.

Essas medidas ajudaram a sustentar as vendas de máquinas, mas seria um erro supervalorizar essa contribuição. Nos primeiros seis meses de operação do programa, de setembro do ano passado a fevereiro deste ano, o Modermaq aprovou empréstimos no valor de R\$ 328 milhões, uma gota perto dos R\$ 4,1 bilhões liberados pelas linhas tradicionais do banco no mesmo período.

O Modermaq demorou para sair do papel, por causa de divergências entre o Ministério da Fazenda e o BNDES. Como ele oferece taxas de juros fixas por períodos de até cinco anos, alguém terá que cobrir a diferença se as taxas de referência do banco subirem no meio do caminho. Nem a Fazenda nem o BNDES desejavam assumir esse risco sozinhos.

Combinou-se que eles dividirão o risco. Se houver um descasamento entre as taxas de juros nos primeiros dois anos do contrato, o BNDES cobrirá a diferença. Se o problema surgir nos outros três anos, a conta irá para o Tesouro. Apesar disso, a taxa do Modermaq, de 14,95% ao ano, ficou bem acima do que os idealizadores do programa queriam.

Isso impediu que a linha beneficiasse muitas pequenas empresas. Ao contrário do que se previa, mais da metade dos recursos liberados pelo Modermaq foram para empresas de grande porte, que já tinham acesso às linhas tradicionais do banco mas viram nas taxas fixas do Modermaq uma vantagem. Outro problema foi a resistência dos bancos que repassam as linhas do BNDES.

"Os bancos demoraram para operar o programa, porque em geral acham a taxa muito baixa para o risco de emprestar para as empresas menores", diz o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas (Abimaq), Newton de Mello. É uma questão antiga. Empresas como a Romi têm financiado quase metade de suas vendas oferecendo garantias em nome dos clientes.

Para especialistas que conhecem bem essa indústria, a política do governo para o setor é limitada por outra razão. "No começo a idéia não era lançar apenas mais um mecanismo de financiamento para ampliar o mercado de máquinas, mas corrigir os problemas estruturais do setor", afirma o economista Roberto Vermulm, da Universidade de São Paulo, que participou do início das discussões sobre o tema.

Um dos setores mais atingidos pela abertura comercial promovida na década de 90, a indústria de bens de capital tem várias deficiências no Brasil. Em geral as indústrias nacionais são pequenas empresas familiares com dificuldade para competir. Em muitos segmentos, é difícil encontrar à venda no país máquinas tão modernas quanto as que podem ser trazidas do exterior.

Em algumas áreas, como na indústria gráfica e nas fábricas de embalagens, material plástico, artigos de borracha e produtos têxteis, a maior parte das máquinas adquiridas nos últimos anos foi importada. Isso é um problema para as indústrias que precisam se modernizar, porque o BNDES não financia a importação de bens de capital e muitas vezes existem barreiras à entrada de equipamentos estrangeiros.

Quando o governo começou a pensar em política industrial, a idéia para o setor de máquinas era justamente criar programas que atacassem esses problemas. Muitas pessoas que acompanhavam a discussão, incluindo representantes da indústria, achavam que o governo deveria estudar o setor em detalhes e agir nos segmentos em que fossem identificadas maiores deficiências.

Uma das propostas que surgiram nessa época previa a criação de mecanismos de financiamento com condições mais generosas no caso de máquinas que apresentassem inovações ou avanços significativos em relação a outros equipamentos disponíveis na praça. Mas idéias como essa foram deixadas de lado com o tempo e o Modermaq acabou tomando um rumo mais modesto.

O governo decidiu que era mais interessante fazer um programa que estimulasse a renovação do parque industrial e assim disseminasse ganhos de produtividade de forma ampla, reproduzindo o sucesso alcançado no campo pelo Moderfrota, o programa oficial que financia tratores e equipamentos agrícolas.

A idéia de atacar as deficiências da indústria de bens de capital no Brasil tornou-se secundária, mas não foi abandonada, segundo o governo. "Temos conversado muito com as empresas do setor e estamos estudando os vários segmentos para examinar onde vale a pena criar incentivos para a produção local", diz o superintendente da área industrial do BNDES, Carlos Gastaldoni. (Ricardo Balthazar, de São Paulo) (*Valor Econômico*, 29.03.2005)

CNM-Internacional é um informativo da Secretaria de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Metalúrgicos – **CNM-CUT**, editado pela Consultoria Econômica e Social Integrada
Secretário Geral da **CNM** : Fernando Lopes
Jornalista Responsável : Antonio Carlos Castro (MTb 36.741/SP)
internacional@cnmcut.org <http://www.cnmcut.org.br>